

# Governo perde GAZETA MERCANTIL poderes no 20 DEZ 1991 orçamento-92

por Adriana Vasconcelos  
de Brasília

O Congresso Nacional aprovou ontem à noite a proposta orçamentária da União para o próximo ano, que prevê gastos de Cr\$ 51,3 trilhões. De acordo com o projeto aprovado, o governo perde poderes para fazer o contingenciamento do orçamento (alterar verbas já programadas), assim como não poderá utilizar o excesso de arrecadação sem consultar previamente o Congresso.

Os parlamentares também bloquearam a intenção do Executivo em corrigir, a partir de julho de 1992, o valor global do orçamento pelo INPC.

Já o Senado Federal adiou para hoje a votação dos projetos que consolidam a rolagem das dívidas dos estados e municípios — calculada em US\$ 70 bilhões —, as medidas de ajuste fiscal, o novo Finsocial e o aumento de 100% concedido para o funcionalismo público federal, a partir de janeiro.

O adiamento da votação se deve a um impasse político criado ontem com o rebentamento dentro da bancada governista no Senado contra o acordo fechado entre o governo e o PMDB, que garantiu, na última quarta-feira, a aprovação dessas matérias na Câmara dos Deputados.

Senadores governistas, como Élcio Álvares (PFL-ES), com o respaldo das bancadas do PDT, PSDB, PTB e PDC, não aceitam a imposição do PMDB em votar a proposta de rolagem das dívidas estaduais e municipais antes do ajuste fiscal.

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, acompanhado pela equipe econômica do governo, esteve ontem à tarde no Senado para tentar contornar a rebelião dentro do bloco partidário de sustentação do Executivo, mas não obteve muito sucesso.

O líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena (PB), por sua vez, afirma que seu partido não abre mão do acordo.

Ele promete na sessão de hoje colocar em plenário 25 dos 27 senadores da bancada pemedebista e lembra que, dessa forma, caberia ao governo colocar mais 16 senadores, para garantir o quórum mínimo de 41 senadores para aprovação das matérias.

O líder do governo, senador Marco Maciel (PFL-PE), estava bastante preocupado ontem à noite. Dizia que a votação tanto da rolagem das dívidas dos estados quanto do ajuste fiscal passa, necessariamente, por um entendimento.